# PV contesta sanções duplicadas na Lei Anticorrupção no STF

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 23/07/2025



O Partido Verde questiona as sanções duplicadas na Lei Anticorrupção, alegando que elas criam injustiças e insegurança jurídica. A revisão dessas penalidades visa garantir que as punições sejam proporcionais e claras, promovendo um ambiente mais justo tanto para as empresas quanto para a sociedade.

O **Partido Verde** está questionando as sanções duplicadas na **Lei Anticorrupção**. Eles alegam que esse tipo de punição não é justo nem eficaz. De acordo com a lei atual, um mesmo ato pode levar a mais de uma penalidade, o que gera confusão e injustiça para as empresas e indivíduos. O PV acredita que as penalidades devem ser claras e proporcionais.

## O que é a Lei Anticorrupção?

A Lei Anticorrupção foi criada para combater a corrupção no setor público e privado. Ela impõe sanções a empresas envolvidas em práticas corruptas. A lei é um passo importante no combate à corrupção, mas também precisa ser justa.

## Implicações das Sanções Duplicadas

As sanções duplicadas podem afetar negativamente as empresas.

Quando uma empresa recebe múltiplas punições por um único ato, isso pode impactar sua reputação e suas finanças. Isso pode levar muitas organizações a temerem a punição excessiva pelos seus atos, mesmo que tenham tentado atuar de boa fé.

Os críticos argumentam que isso cria um clima de insegurança jurídica. Empresas sofrem com a incerteza, o que pode inibir investimentos e o crescimento econômico. A ideia é que a lei deve promover a transparência e a justiça, e não o oposto.

## O que o PV Propõe?

O Partido Verde pede ao STF que revise essas sanções. Eles querem que as punições sejam proporcionais ao ato cometido. Além disso, defendem que as regras sejam mais claras. Isso ajudaria a garantir que todos os envolvidos saibam exatamente o que estão enfrentando.

A medida visa tornar a legislação mais justa e eficaz no combate à corrupção, sem penalizar excessivamente quem já está tentando se adequar às normas. A expectativa do PV é que essa revisão traga mais clareza e justiça tanto para empresas quanto para o público em geral.

# Conclusão

Em resumo, o questionamento do **Partido Verde** sobre as sanções duplicadas na **Lei Anticorrupção** é um passo importante para garantir a justiça no sistema legal. A revisão dessas penalidades pode trazer mais clareza e segurança tanto para as empresas quanto para a sociedade.

Com uma legislação mais equilibrada, será possível combater a corrupção de forma eficaz, sem prejudicar aqueles que desejam agir corretamente. Espera-se que essa discussão ajude a criar um ambiente mais justo e transparente para todos.

Assim, todos ganham: a justiça é feita, a confiança nas

instituições aumenta e o crescimento econômico pode ocorrer de forma saudável.

# FAQ – Perguntas frequentes sobre a Lei Anticorrupção e sanções duplicadas

## O que é a Lei Anticorrupção?

A Lei Anticorrupção é uma legislação que visa combater a corrupção no setor público e privado, estabelecendo sanções para empresas que praticam atos corruptos.

## Por que o Partido Verde questiona as sanções duplicadas?

O Partido Verde acredita que sanções duplicadas são injustas e podem criar insegurança jurídica, penalizando indevidamente empresas que buscam agir de forma correta.

## Quais são as implicações das sanções duplicadas para as empresas?

Sanções duplicadas podem impactar negativamente a reputação e as finanças das empresas, criando um ambiente de temor que pode inibir investimentos.

## Como a revisão das sanções pode beneficiar as empresas?

Uma revisão das sanções pode tornar a legislação mais clara e justa, ajudando as empresas a entenderem melhor suas responsabilidades e evitando punições excessivas.

## Qual o objetivo do Partido Verde com essa ação no STF?

O objetivo é garantir que as penalidades sejam proporcionais aos atos cometidos, promovendo justiça e transparência no combate à corrupção.

## O que pode acontecer se o STF acatar o pedido do Partido Verde?

Se o pedido for acolhido, isso pode resultar em mudanças na aplicação da Lei Anticorrupção, buscando um equilíbrio entre combate à corrupção e proteção das empresas.

Fonte: Conjur